

## LITERARIEDADES FLUTUANTES: MEMÓRIA, AFETO E ALGUNS FENÔMENOS LITERÁRIOS EXTREMOS

Mário César Lugarinho  
(USP, CNPq)<sup>1</sup>

*Eu creio que pela mediação da poesia os poetas fundaram os povos. E os povos fundaram a língua. E a língua fundou as nações. Não tem talvez uma lógica histórica. Tem a da poesia. Como disse Holderlin: “o que fica os poetas o fundam”. A língua portuguesa é uma língua de viagem e mestiçagem. Rio de muitos rios. Falar e escrever nas línguas maternas é um acto de resistência, uma derrota da hegemonia uniformizadora. Talvez um dia voltemos a ouvir em Delfos o oráculo de Apolo. A água que fala falará de novo. Até lá cumpre-nos fazer com que a poesia, no grande mercado do mundo, continue a ser, como queria Octávio Paz, a outra voz.*

(Manuel Alegre)

<sup>1</sup> Professor de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH/USP e do Programa de Pós-Graduação Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). SP-Brasil. CEP 05508 080 lugarinho@usp.br

**RESUMO:** Pelo declínio da força de significação do Estado-Nação, observa-se um movimento flagrado em Portugal e no Brasil e atravessou as fronteiras geográficas e dos gêneros literários, emergindo na produção literária em Moçambique e em Angola. Da exaustão de significação e ressignificação do Estado-nação, a produção literária irá investir nas formas de constituição das subjetividades, recorrendo a algumas estratégias comuns para resistir ao processo de globalização. Tais estratégias podem, inicialmente, ser percebidas através do relevo dado à memória, mediada pela experiência corporal, plena de significações culturais e, portanto, referenciais. As obras arroladas em maior ou menor grau referem-se ao processo de descolonização, inclusive a do português Nuno Júdice, com sua *Meditação sobre ruínas* (1997). No entanto, estão todas, de forma direta, submetidos ao processo geral da globalização, estabelecendo, com suas estratégias literárias, formas de resistência, exigindo uma ação solidária que apenas a afetividade pode representar.

**PALAVRAS-CHAVE:** globalização, memória, afetividade, literaturas de língua portuguesa, narrativa.

**ABSTRACT:** Through the decline of signification force to the Nation-State, it notes a movement caught in Portugal and Brazil that crossed geographic boundaries and genres, emerging a literary production in Mozambique and Angola. From exhaustion of meaning and reframing of the Nation-State, the literary will invest in subjectivities ways of constitution, using some common strategies to resist to the globalization process. Such strategies may initially be apprehended by emphasizing memory, mediated by a body experience, full of cultural meanings and, therefore, references. The works enrolled a greater or lesser degree refer to the decolonization process, including the Portuguese Nuno Judice, with its *Meditação sobre ruínas* (1997). However, they are all, directly submitted to the general globalization process, establishing with their literary strategies way of resistance, requiring a common action that only may represented by affection.

**KEYWORDS:** globalization, memory, affection, Portuguese-language literature, narrative.

Tornou-se corrente, no alvorecer do século XXI, no seio das ciências sociais e, principalmente, na filosofia política, a problematização do Estado-Nação e o questionamento de seu papel no quadro geral do processo de globalização. Desde, pelo menos, a publicação de **Império** (2000), de Toni Negri e Michael Hardt, questiona-se a sua eficácia e a sua permanência como centro de atração e irradiação dos sentidos que orientam a formulação das identidades sócio-culturais. Negri e Hardt observaram que a nação teria sido subtraída da ordem política na medida em que a constituição dos estados empresariais, nas décadas anteriores, esvaziou-a de sentido.

Mas o conceito de nação foi necessário para a constituição e o reconhecimento dos estados modernos. A nação, que foi a entidade afetiva e cultural que estabeleceu os laços de solidariedade entre membros de uma mesma comunidade, perdeu a sua contraface com a entidade político-jurídica e material que a representava, o Estado. Com isso, foi necessário às comunidades a criação de outras formas de identificação. A emergência cada vez mais evidente das identidades locais, religiosas, étnicas, lingüísticas, sociais ou culturais resultou do investimento crescente em formas não-hegemônicas de identidade por parte dos indivíduos, o que, de certa maneira, problematizou a hegemonia da identidade nacional na constituição das identidades sociais e individuais.

Se a crença na capacidade do estado de representar a nação encontra-se abalada, então o próprio conceito de Estado-Nação foi decididamente esvaziado e, conseqüentemente, as formas tradicionais com que a identidade nacional era constituída encontram-se problematizadas. A nação não perdeu sentido para as populações, seu sentido foi perdido em sua capacidade de se representar nos aparatos políticos, jurídicos e financeiros, sobretudo, que constituem os estados modernos.

O processo de perda de sentido que o conceito de nação sofre, verificado por Negri e Hardt (2000) e acompanhados por Boaventura de Sousa Santos (2002), reside na homogeneização cultural, bem para além do que se tratou já como cultura de massa. O processo de homogeneização, a que alguns escritores portugueses resistiram ao questionarem a inserção de Portugal na União Europeia, significa a abolição das fronteiras culturais que delimitam as identidades e, conseqüentemente, a eliminação das formas de reconhecimento das diferenças de inúmeras formulações comunitárias. É certo que o processo de homogeneização tornou-se irreversível a partir do aparecimento da cultura de massa e, principalmente, a partir da constituição da indústria cultural, no entanto, é preciso chamar a atenção que o fenômeno mais recente é o aprofundamento radical de um processo cujos resultados fogem bastante às conclusões que a crítica já apontara. Leve-se em consideração, por exemplo, os fenômenos editoriais das duas últimas décadas, como a série **Harry Potter** ou a produção literária de Paulo Coelho – não há paralelo anterior destes com os *best-sellers* de Sidney Sheldon ou Regine Deforges, ou mesmo Barbara Cartland, apesar de lançarem mão de estratégias narrativas bastante semelhantes. O que neles difere é a forma de circulação dessas obras e a interferência de outras mídias a elas diretamente ligadas (a internet, o cinema, os jogos eletrônicos, no caso do pequeno bruxo; em Paulo Coelho, há a demanda por uma metafísica alternativa, advinda da contracultura que lhe possibilita a fácil travessia por fronteiras culturais).

*Qual seria, então, o lugar da Literatura neste ambiente de crescente homogeneização cultural?* Submetida cada vez mais a uma lógica de mercado, seriam ainda eficazes as formas tradicionais de resistência da Literatura? Frisamos que o termo “resistência” aqui, segue a célebre exposição de Roland Barthes em sua *Aula* (1976) e, por isso, perguntamo-nos até que ponto haveria condições de se combater a ação da barbárie, mencionada pelo mestre francês.

Boaventura de Sousa Santos (2002) reconhece que “é na esfera cultural que a globalização se põe com mais acuidade ou freqüência,

não deixando de sublinhar que há uma possibilidade de pensá-la como “ocidentalização ou americanização, já que os valores, os artefatos culturais e os universos simbólicos que se globalizam são ocidentais e, por vezes, especificamente norte-americanos [...]” (2002, p. 45). A essa observação de Santos, podemos associar uma advertência de Renato Ortiz, em 1994, indicando que “uma cultura mundializada corresponde a uma civilização cuja territorialidade se globalizou; isto não significa, porém, que o traço comum seja sinônimo de homogeneidade” (2002, p. 31). Entre o pensamento de Ortiz e o texto de Santos, cerca de oito anos se passaram. Àquela altura, Ortiz distinguia globalização, fenômeno econômico, de mundialização, fenômeno cultural. Durante esse intervalo, vamos observar que o seu esforço crítico foi, de certa forma, em vão, na medida em que se sobrepuseram ambos os aspectos - econômicos e culturais - indicando que, nesse processo, não houve fronteiras sólidas delimitadoras das suas manifestações.

A reflexão acerca da homogeneização cultural, pensada como “barbárie”, ainda não está totalmente esgotada, apesar de toda a reflexão estética baseada nas reflexões da Escola de Frankfurt, e segue algumas questões fundamentais para a pesquisa em literatura apontadas na última década. Dentre elas pode ser destacada a insistência, sob um certo senso comum da crítica, do par opositivo *alta e baixa literatura*, que, apesar dos esforços críticos em eliminar a fronteira que distingue e hierarquiza obras literárias a partir de suas condições originais de produção, permanece vivo e capacitado a dirigir a atividade crítica. A chamada *baixa literatura* estaria afastada da produção canônica e vinculada aos meios comerciais de circulação e produção; esta proposição colocaria no mesmo conjunto a produção de Paulo Coelho e de Paulo Lins e deixaria de lado as condições de produção que envolve cada uma das obras, flagrantemente diversas entre si. Ao mesmo tempo, o conceito de *alta literatura* reinstituiria a validação estética, reconstituindo os processos excludentes que permearam a constituição do cânone literário e, por extensão, da literatura nacional, confirmando

procedimentos do passado que excluíram autores que ganharam renome com o passar dos anos.

A exposição da questão acima é devida ao desenvolvimento de reflexão em torno de produção literária bastante identificada com os processos midiáticos de exposição e circulação. Notadamente, as obras de Bernardo Carvalho, no Brasil, e de Francisco José Viegas, em Portugal. Mesmo identificados como autores oriundos do que se pode denominar, claudicamente, de *alta literatura*, ambos lançam mão (Viegas, mais detidamente) de procedimentos oriundos da literatura de massa para a produção de suas obras. A apropriação flagrante de estratégias narrativas oriundas da literatura policial destaca-os da produção contemporânea na medida em que revertem as expectativas do leitor típico deste modo de narrar; em ambos, o mistério a ser desvendado não possuiria um fim em si mesmo, como se observa nas narrativas policiais mais convencionais, mas apontam para o “desvendamento” do mapa da memória que assombra os personagens por eles criados. Tanto Carvalho, na sequência de seus três últimos romances, **Nove noites** (2002), **Mongólia** (2004) e **Sob o sol de São Paulo** (2007), quanto Viegas, mas de maneira diversa, em **Lourenço Marques** (2002) e **Além de Manaus** (2004), fazem o mistério a ser desvendado embutir-se no interior de uma narrativa cuja base sublinha, sobretudo, o encontro com o outro, metonímia do Outro. Mas, em Viegas, o outro se encontra localizado no mesmo, determinando que o “estranho” esteja localizado no interior de si e encontramos uma narrativa que entrelaça os modelos do romance de formação com as estratégias da narrativa policial. Daí que a memória comparece como a rota segura para que sejam percorridas as trilhas num mundo aonde as fronteiras geográficas foram sendo abolidas paulatinamente.

Mas é sabido que os processos de transformação cultural e, por extensão, conceitual seguem os movimentos da História e indicam que o combate ao processo de “homogeneização”, levado a cabo pela literatura, ganha força na medida em que nela se encontra a potencialidade das diferenças e das problematizações. O poeta

português Manuel Alegre (ALEGRE, 2001) parecia estar ciente disso, ao assinalar que na poesia encontra-se uma “outra voz”, a potencialidade do diálogo, a possibilidade de recusa, pelo particular, ao universal.

Na verdade, encontramos-nos num momento de embate do caráter universal, homogêneo, ante o particular, heterogêneo. Contra a globalização, os localismos. Mas esta não seria apenas uma relação primordialmente assentada sobre a questão espacial e a problematização das fronteiras geográficas, como observáramos em momento anterior (LUGARINHO, 2004), ao analisarmos detidamente a obra de Viegas e Carvalho. Trata-se, na verdade, de um confronto de paradigmas que recorrem à categoria lógica do *universal* contra a categoria do *particular*, como pretende Walter Mignolo (2004, p. 668 e ss.) ao afirmar que “o processo experimentado pela modernidade sobrepôs a ciência às formas extra-européias de pensar, pressupondo uma colonialidade do pensamento que se travestiu em verdade universal, porque científica”. Para Mignolo, a globalização seria apenas mais um capítulo deste processo que teria tido seu alvorecer no século XVI, quando o homem europeu alargava seus horizontes geográficos e submetia à sua lógica os povos de outros continentes, elevando à universalidade a sua forma particular de compreender o mundo.

Deve-se compreender, com Mignolo e também com Santos (2004), que há um colonialismo cultural a embasar paradigmas que nos impõem uma reflexão baseada nos modelos tradicionais de ciência, e, podemos acrescentar, de crítica literária. Sem dúvida, a submissão ao modelo hegemônico tradicional das ciências, no caso, humanas, determinou a exclusão de elementos que não poderiam ser reconhecidos como categorias capazes de promover conclusões críticas válidas. A *cultura*, exclusividade da *civilização*, não poderia admitir, em seu bojo, uma produção advinda de outros povos e de indivíduos incapazes para tanto, os *bárbaros*. Durante o século XIX e até poucas décadas atrás, reconhecer a arte e a literatura dos povos da África, por exemplo, era um grave delito crítico – a arte e a

literatura, tomada como universais, porque de origem “civilizada”, daria aos seus produtores um corpo sem face, sem sexo, sem etnia, sem nacionalidade ou origem social. Mignolo (2004,p.667-710) critica, assim, a adequação da categoria lógica do “universal”, de origem aristotélica às formações culturais que embasaram a constituição de um modelo científico excludente e totalitário, portanto, incapaz de lidar com a diferença.

É exatamente nesta esteira que inserimos a nossa reflexão. Ao verificarmos com Mignolo e Santos que a categoria do “universal”, tal como ela se constitui no discurso crítico e científico - bem modelado na perspectiva de Harold Bloom (1995) e do próprio estruturalismo francês - elimina de seu panorama a capacidade de ser relevada a diferença e seus congêneres, como a multiplicidade, a diversidade, a pluralidade e o hibridismo.

No entanto, a década de 1990 viu o florescimento de um movimento de resistência na crítica com o desenvolvimento dos estudos culturais. O conjunto de transformações que vislumbramos nesse intervalo de tempo está na narrativa que Alberto Moreiras (2001, p. 17 e ss.) faz dos embates no Congresso da ABRALIC de 1996, no Rio de Janeiro. Segundo Moreiras, naquele momento, a crítica acadêmica brasileira encontrava-se em um impasse entre uma posição eminentemente literária e tradicional e uma posição culturalista, que representaria uma ruptura. O impasse que, para Moreiras, “era um confronto entre codificações alternativas” (MOREIRAS,2001, p. 18), indicava que havia uma imposição à Universidade Brasileira, por parte de uma geração de pesquisadores, da revisão dos cânones diante de fenômenos que não estavam previstos pela crítica, o que posteriormente também se verificou nos congressos seguintes de Florianópolis (1998), Salvador (2000), Belo Horizonte (2002), Porto Alegre (2004) e, novamente, Rio de Janeiro (2006). Como Moreiras indica, era necessário, para esta parcela de pesquisadores, avançar por sobre a esfera que circunscreve a manifestação literária, de maneira que a crítica estabelecesse, como alvo, não apenas o intrinsecamente literário, mas uma correlação

definitiva entre a cultura e a literatura. Não podemos, no entanto, ter a ilusão de que essa mudança de rumo foi a panacéia para uma crítica hesitante diante de novas abordagens.

É visível que a introdução de uma bibliografia teórico-crítica oriunda da universidade norte-americana provocou uma mudança de rumos orientada para uma abordagem mais culturalista e menos, *stricto sensu*, literária. No Brasil, de modo específico, Silviano Santiago já havia introduzido tal abordagem com o seu já clássico **Uma literatura nos trópicos**, de onde se destaca o ensaio seminal “O entrelugar do discurso latino-americano”, datado de 1971 (SANTIAGO, 1978, p. 11-28). No bojo dessa mudança de rumo, avaliamos que, ao se deslocar progressivamente da descrição exaustiva do objeto literário para se buscar a problematização que a obra estabelece na cultura, ao serem levados em conta a sua recepção e o seu grau de representatividade, sistemas tradicionais de institucionalização da literatura, como, principalmente, o cânone nacional, foram questionados e deixados de lado. Novas séries literárias passaram a ser descritas, de maneira que o sentido diretor da nacionalidade foi relativizado ante outros vetores, como o da etnia, o do gênero, ou o da classe social. Tal perspectiva implodiu a forma imanente de se conceber tanto a literariedade, quanto a identidade nacional, pois o edifício monolítico da nacionalidade, representado, sobretudo, pelo cânone, passou a ser relativizado: novos autores, novas obras, novas literaturas, até, foram sendo apontados ou recuperados, estabelecendo-se um novo campo investigativo, principalmente, mas não só, na Universidade Brasileira.

Dessa forma, global e local, nacional e regional, popular e erudito, cultura de massa e cultura popular, tradição e vanguarda são categorias colocadas em suspenso diante das transformações que a forma de se entender a cultura sofreu. Ou seja: é necessário frisar que, aqui, estamos problematizando não as transformações culturais, mas as transformações das formas de compreensão da cultura e da literatura operadas no correr dos anos 1990. É flagrante que, nesse período, foram rompidas as formas até então

convencionadas de se descrever esses objetos. Além disso, as categorias de nomeação listadas acima se sobrepuseram ante a imensa produção cultural que a globalização vem produzindo, muitas vezes pela submissão à lógica da indústria cultural e às estratégias de mercado. Onde, entretanto, estaria ainda a alteridade do discurso literário em relação a outros discursos? Ainda haveria espaço para a discussão da alteridade no campo dos estudos literários? A literariedade se dissemina por outros discurso, ao mesmo tempo em que perde a continência do objeto gênero literário ou, mesmo, do objeto livro.

Mesmo após a intensa discussão que envolveu a formação das literaturas nacionais e as identidades nas duas últimas décadas, acreditamos que sim. Paulatinamente, camadas foram sendo escavadas a fim de colocarem à mostra os processos de formação discursiva que as identidades experimentaram e experimentam ao longo da história moderna. É por isso que, para além da investigação dos problemas concernentes à identidade nacional, discute-se a formulação das identidades étnicas, das identidades de gênero, das identidades de classe social e, ainda, das identidades locais frente às identidades globais. Tais questões passaram a constituir um rol de intervenções diretas no edifício canônico, relativizando-o diretamente.

É preciso, com isso, assinalar o papel que a memória passou a ter no campo das formulações identitárias, na medida em que ela deixou de ser entendida apenas como um depósito das experiências do passado, individual ou coletivo, mas também como um lugar gerador de sentidos que orientariam o(s) indivíduo(s) em sua construção identitária. Lugar onde se sobrepõem inúmeros planos (o nacional, o regional, o global, o local, o étnico, o familiar, o individual), a memória conflui sentidos díspares e os aproxima de maneira que as fronteiras externas a ela são eliminadas dando a possibilidade ao indivíduo de requerê-la para além das suas experiências individuais, hierarquizadas a partir dos sentidos de sua afetividade. As identidades, assim, passam a ter uma estrutura para

além daquela pretendida pela identidade hegemônica e determina um rol de possibilidades infinitas a serem selecionadas.

No entanto, Andreas Huyssen verificou que a globalização determinou novas práticas que tinham como objetivo a instauração de uma memória própria em comunidades em busca de autonomia, “no rastro da descolonização e de novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas e revisionistas” (HUYSSSEN, 2000, p.10). O filósofo assinalou que outras tradições foram buscadas, além da tradição dos “outros”, mas acompanhadas por discursos escatológicos que indicavam o fim de paradigmas fundamentais para a restauração da memória como instituição social: o fim da história, a morte do sujeito, o fim da obra de arte, o fim das grandes narrativas. O abandono dos paradigmas definiu um caminho que, decididamente, punha em causa a restauração da memória como instituição social – o resgate da troca de experiências e, por conseguinte, da memória como instituição social, teria sido abalroado pelo processo de homogeneização da cultura. As diferenças passaram a ser muito mais um instrumento de reivindicação e de negociação que uma aspiração autêntica de uma comunidade. O holocausto judeu, por exemplo, deixou de ser um evento arquivado exclusivamente na memória dos judeus europeus para se tornar um discurso reivindicado por toda a humanidade (cf. HUYSSSEN, 2000; BAUMAN, 1998).

Local e global tendem a se confundir, definindo uma instrumentalização da memória nas sociedades contemporâneas. No entanto, cabe levar em consideração que o lugar-comum dos discursos de memória contemporâneos redefinem o papel do nacional no âmbito da história, de maneira que não se pode mais pensar o local sem o recurso ao global, sem a sua interferência por sobre a forma de percepção do passado, nacional inclusive (cf. COUTINHO, 2001). Assim sendo, está a ser criado um passado de ilusões para as comunidades contemporâneas. Tal movimento deve à homogeneização cultural, através da comunicação de massa e da indústria cultural, a sua forma de disseminação. Fato que não se

pode apagar de quaisquer formas da investigação contemporânea a respeito dos objetos culturais, pelo contrário, ele deve ser o aliado necessário para se perceber que ao lado das formas tradicionais de produção cultural, os meios de comunicação de massa e a indústria cultural participam efetivamente modificando, transformando, reduzindo, ampliando, restringindo, disseminando, ressaltando ou apagando sentidos (cf. HUYSSSEN, 2000, p. 22). Ao invés de se pensar numa oposição entre alta e baixa cultura –, há de se pensar que os produtos culturais, a literatura inclusive, são levados a participar do mesmo movimento que instrumentaliza os discursos a respeito do passado, esvaziando o presente.

Chama-nos a atenção que na poesia do português Al Berto freqüentemente surja a expressão *pele-memória*, não fosse ela recorrente em toda a extensão de sua obra (1974-1997). A *pele-memória* comparece não como uma metáfora que reúna sentidos a respeito do corpo e das experiências físicas: ela é o lugar apropriado para o sujeito poético reencontrar os pontos fixos de orientação para a formulação de sua identidade, na medida em que esta se encontra em trânsito e perdida como se observa freqüentemente na recorrência às metáforas dos espelhos partidos e do mar. Dessa forma, Al Berto define a experiência do rememorar sempre mediada pela experiência corporal. Não temos a ingenuidade de crermos que este corpo referencial não seja, por comparecer no texto literário, também uma construção discursiva, mas é peculiar a sua construção para a tradição dos estudos literários, tal como ela se constituiu no século XX. Por ela somos motivados a recorrer a informações alheias ao puramente literário, porquanto evidenciam as formas de constituição da subjetividade posta em jogo pelo discurso literário, como, por exemplo, dados referenciais da biografia do autor – no caso de Al Berto, a sua trajetória pessoal dos anos de exílio e viagens incessantes.

De igual maneira, percebemos que outros autores de Língua Portuguesa animam este vetor, por suas obras apresentarem recursos semelhantes: as estratégias literárias de Paulina Chiziane, por

exemplo, em Moçambique, ao determinarem que a obra seja reconhecida pelo viés da autoria feminina, provoca uma narrativa oriunda de sua experiência individual como mulher. De igual maneira, a poesia de Nuno Júdice deixa em evidência a articulação entre a construção do poema e a experiência vivida quotidianamente, mediada por uma memória que se alarga desde as mais individuais às mais amplas da História. Procedimento comum a José Craveirinha, em seu **Maria** (2002), por exemplo, que faz do texto literário uma construção híbrida entre a memória individual e coletiva e faz da sua experiência individual evidente, matéria da poesia. Aproxima-se deste conjunto a obra de Manuel Alegre, desde **Praça da canção** (1965), mas com mais ênfase a partir de **Alma** (1995) e **Raphael** (2004). Em todos esses autores, a articulação da memória reflete exatamente a sua característica de resistência mais vigorosa ao reivindicar para a Literatura os mais variados planos da memória, inclusive o literário ao provocar continuamente o seu leitor a uma revisão constante de seus paradigmas. O sujeito encontra nas fronteiras corporais o único ponto fixo capaz de guiar-lhe o trânsito por um mundo que se, num primeiro momento, era animado pela utopia futura, era paulatinamente substituído pelas ruínas de um passado que não se fixava mais para além do corpo.

Assim, resta observar que nesse rol de obras e autores é flagrante a experiência subjetiva dada pela emergência do corpo como ponto fixo de orientação, lugar de permanência da memória, como resposta ao processo de perda de fronteiras geográficas e arruinamento do tempo. Pelos limites do corpo, o poema e a narrativa podem subsistir com alguma orientação porque refluem para o corpo como lugar donde proliferam os discursos – o lugar da subjetividade contemporânea. A ênfase que estas obras dão à afetividade, como forma de aproximação entre sujeitos diversos, é outra característica flagrante que as une na medida em que esta afetividade está intimamente relacionada ao processo de subjetivação. É pela afetividade que se tem o acesso ao passado atravessando-se o tempo de ruínas, e este afeto reside na experiência corporal através

das mais diferentes formas, inclusive, e principalmente, nas formas mais sexualizadas do afeto. Vale assinalar, ainda, que ainda sobrevive uma utopia, *lato sensu*, a animar tais obras. Ela não se dirige para o futuro, nem para a distância, nem para o progresso, nem para a coletividade, ela se volta para o presente e para o outro, tempo e espaço em que o indivíduo persiste e resiste em sua singularidade e pluralidade.

### Referências bibliográficas

AL BERTO. **O medo**: trabalho poético (1974-1997). Lisboa: Assírio e Alvim, 2005.

ALEGRE, Manuel. “Poesia e cidadania” (discurso proferido na Câmara Municipal de Coimbra), abril de 2001. (mimeo.).

ALEGRE, Manuel. **Alma**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ALEGRE, Manuel. **Raphael**. Lisboa: Caminho, 2004.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1976.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

CARVALHO, Bernardo. **Mongólia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARVALHO, Bernardo. **Nove noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, Bernardo. **O sol também se põe em São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHIZIANE, Paulina. **Niketche**: uma história de poligamia: romance. Lisboa : Caminho, 2002.

COUTINHO, Eduardo F. (org.). **Fronteiras imaginadas**: cultura nacional / teoria internacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano/ Ucam / MAM-RJ, 2000.

LUGARINHO, M. C. Literatura de Sodoma: cânone nacional e identidade nacional. In: **Gragoatá**, 14: 133-45.

LUGARINHO, M. C. Trânsito por ruínas: resistência e subjetividade na Literatura da era da globalização. Anais do VIII Congresso Afro-luso-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, UC, 2004. Disponível em <http://www.ces.uc.pt>.

MIGNOLO, Walter. “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.

MOREIRAS, Alberto. **A exaustão da diferença**: a política dos estudos culturais latino-americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

VIEGAS, Francisco José. **Longe de Manaus**. Porto : Asa, 2005.

VIEGAS, Francisco José. **Lourenço Marques**. Porto : Asa, 2002.

